

RESOLUÇÃO Nº 801/2013 - CST

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 15941, em nome de Banco Guanabara Ltda, conforme Processo nº 201000029002757.

A Câmara Setorial de Transportes do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011, estabelece que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente serão inicialmente, apreciadas e deliberadas pela respectiva Câmara Setorial, cabendo, da decisão desta, recurso ao pleno do Conselho Regulador;

Considerando o que consta do processo, principalmente os pareceres técnico e jurídico, os quais são adotados na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando o disposto na Lei nº 14.480, de 16 de julho de 2003, que dispõe sobre o transporte intermunicipal clandestino de passageiros no Estado de Goiás;

Considerando que Banco Guanabara Ltda, foi autuada por infringir o art. 1º, inciso I, da Lei nº 14.480/2003, por executar transporte intermunicipal clandestino de passageiros, como serviço remunerado, no percurso Barro Alto / Goianésia, foi autuado em 14/04/2010, nos termos do auto de infração nº 15941,

Considerando a decisão da Câmara Setorial de Transportes, em reunião realizada em 15/03/2013,

R E S O L V E:

Art. 1º Anular o auto de infração nº 15941, em nome de Banco Guanabara Ltda, pelo acatamento da defesa que juntou documentos que comprovam que não possui posse direta do bem, somente domínio, por se tratar de arrendamento mercantil e nesse caso a responsabilidade é do arrendatário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara Setorial de Transportes do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 15 dias do mês de março de 2013.

Danilo Guimarães Cunha
Conselheiro